

Programa Internacionalizar: a importância da construção e do imobiliário

[CPCI]

Foi apresentado esta semana o Programa Internacionalizar, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros. “Este Programa constitui um avanço significativo face a paradigmas até agora existentes, relativos em especial ao posicionamento das empresas da construção e do imobiliário, seja nos mercados externos, seja no mercado interno”, salienta Reis Campos, presidente da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, reconhecendo que “esta dupla perspetiva e o reconhecimento da sua complementaridade é uma das marcas distintivas deste Programa, cuja assunção há muito vimos reclamando”.

“Assume uma abrangência que traduz a atual realidade da economia nacional e o efetivo peso das atividades económicas, no âmbito das quais o setor da construção e do imobiliário tem uma preponderância inegável”. Por outro lado, esclarece, “o reconhe-

cimento de que a internacionalização não se limita às atividades associadas à presença no exterior, mas também que passa a incluir a captação e a atração de investimento para Portugal, é um passo determinante”. Está em causa uma visão estratégica da internacionalização que reflete a realidade das economias globalizadas da atualidade e reconhece a importância do posicionamento global e competitivo da economia portuguesa no processo de internacionalização.

É esta a realidade da Internacionalização de Portugal, e que deve ser devidamente reconhecida e apoiada. Não se pode continuar a deixar, ao arbítrio dos ciclos económicos, às incógnitas dos mercados financeiros e ao esforço solitário dos empresários, o posicionamento competitivo do país e das suas empresas.

Veja-se que somando a faturação anual nos mercados externos, ao investimento estrangeiro em ativos patrimoniais nacionais, concluímos



que, a Internacionalização da Construção e do Imobiliário representa uma faturação anual internacional de 15 mil milhões de euros, número que é expressivo mas ainda fica aquém do seu verdadeiro potencial. “A inclusão de uma calendarização para a implementação das medidas previstas é um aspeto positivo e que para além de sinalizar o empenho

do Governo na sua concretização, irá possibilitar um acompanhamento das mesmas que consideramos essencial”, refere Reis Campos.

Esse aspeto, juntamente com a Coordenação Política do Secretário de Estado da Internacionalização, “que conhece bem a realidade do posicionamento internacional dos diferentes setores de atividade, incluindo o setor

da construção e do imobiliário”, são argumentos que nos permitem encerrar o Programa Internacionalizar com confiança. Porém, conclui Reis Campos, “para além das várias medidas já consagradas, há ainda a necessidade de ser implementado um quadro tributário e de incentivos, capaz de apoiar o processo de internacionalização das empresas do setor, que tenha em conta as suas especificidades, contemplando questões como a diminuição da carga fiscal sobre os trabalhadores e os meios deslocalizados nas obras realizadas no exterior ou a implementação de acordos de eliminação da dupla tributação”.

Todos são aspetos essenciais para que o Programa Internacionalizar constitua, tal como se pretende, um passo imprescindível para reforçar a competitividade externa da economia nacional, para a qual, tal como afirmado pelo primeiro-ministro, o papel da construção e do imobiliário tem sido fundamental. //